

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

Portaria n.º 1262/97

de 22 de Dezembro

O Decreto-Lei n.º 269/95, de 19 de Outubro, que aprovou a estrutura orgânica dos centros regionais de alcoologia remete para portaria conjunta a aprovação dos respectivos quadros de pessoal.

Nestes termos:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 269/95, de 19 de Outubro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças, da Saúde e Adjunto, que o quadro de pessoal do Centro

Regional de Alcoologia de Coimbra, aprovado pela Portaria n.º 715/92, de 13 de Julho, passe a ser o constante do quadro anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Saúde.

Assinada em 20 de Novembro de 1997.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela de Brito Arcanjo Marques da Costa*, Secretária de Estado do Orçamento. — A Ministra da Saúde, *Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina*. — Pelo Ministro Adjunto, *Fausto de Sousa Correia*, Secretário de Estado da Administração Pública.

ANEXO

Quadro de pessoal do Centro Regional de Alcoologia de Coimbra

Grupo de pessoal	Nível	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Pessoal dirigente	—	—	—	Director	1
				Subdirector	1
Pessoal técnico superior	—	Psiquiatria	Médica hospitalar	Chefe de serviço	1
				Assistente graduado/assistente	3
	—	Clínica geral	Médica de clínica geral ...	Chefe de serviço	1
				Assistente graduado/assistente	5
	—	Nutrição	Técnica superior de saúde	Assessor superior	1
		Psicologia clínica		Assessor	
				Assistente principal/assistente	
				Assessor superior	1
				Assessor	
				Assistente principal/assistente	
	—	Apoio psicossocial; articulação com os serviços do hospital e da comunidade.	Técnica superior de serviço social.	Assessor principal, assessor, técnico superior principal, de 1.ª classe e de 2.ª classe.	4
Pessoal de enfermagem	—	Prestação de cuidados e administração.	Enfermagem	Enfermeiro-chefe	1
				Enfermeiro especialista	4
				Enfermeiro graduado	6
				Enfermeiro	6
Pessoal técnico	—	Terapia ocupacional	Técnica de diagnóstico e terapêutica.	Técnico especialista de 1.ª classe	1
				Técnico especialista	
				Técnico principal	
				Técnico de 1.ª classe	
				Técnico de 2.ª classe	
Pessoal técnico-profissional.	—	Biblioteca e documentação	Técnico-adjunto de biblioteca e documentação.	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe, especialista, principal, de 1.ª ou de 2.ª classe.	1
Pessoal administrativo	—	Coordenação e chefia de serviços.	—	Chefe de repartição	1
				Chefe de secção	2
	—	Funções de natureza executiva relativamente às áreas de contabilidade, pessoal, aprovisionamento, património, secretaria, arquivo, expediente e dactilografia.	Oficial administrativo	Oficial administrativo principal	2
				Primeiro-oficial	2
				Segundo-oficial	3
				Terceiro-oficial	4
	—	Arrecadação de receitas, pagamentos e respectiva escrituração.	Tesoureiro	Tesoureiro	1

Grupo de pessoal	Nível	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Pessoal auxiliar	–	Recepção, emissão e encaminhamento de chamadas telefónicas.	Telefonista	Telefonista	1
	–	Condução e conservação de veículos ligeiros.	Motorista de ligeiros	Motorista de ligeiros	1
	–	Ação médica	Auxiliar de acção médica	Auxiliar de acção médica	8
	–	Aprovisionamento e vigilância	Auxiliar de apoio e vigilância.	Auxiliar de apoio e vigilância	2

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Despacho Normativo n.º 74/97

Os Regulamentos (CEE) n.ºs 2392/86, do Conselho, de 24 de Julho, e 649/87, da Comissão, de 3 de Março, estabeleceram a obrigatoriedade da realização do Ficheiro Vitivinícola Comunitário e a definição das regras base para a sua execução, com o objectivo de ser criado um instrumento adequado à gestão e controlo do potencial vitícola e do regime de intervenções comunitárias.

Pelo Despacho Normativo n.º 235/92, de 15 de Dezembro, do Ministro de Agricultura, foram definidas as linhas de acção, a nível interno, necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos do Ficheiro, na modalidade «Clássico», vindo, entretanto, a Comissão a adoptar novas medidas para a implantação do Ficheiro Vitivinícola Simplificado (SIGV) nas regiões ainda não cobertas com a modalidade de Ficheiro Clássico, através do Regulamento (CE) n.º 1549/95, de 29 de Junho.

Torna-se, pois, necessário assegurar a continuidade da execução do programa de realização do Ficheiro Vitivinícola Comunitário para Portugal, por forma a dar cumprimento às novas orientações da Comissão para o território nacional não abrangido pelos trabalhos já realizados na designada modalidade «Clássico».

Assim, determino o seguinte:

1 — O Ficheiro Vitivinícola Simplificado (SIGV) é obtido através do arrolamento das explorações vitícolas e da recolha, compilação e tratamento dos dados das declarações dos viticultores.

2 — Para aplicação do disposto no presente despacho são competentes o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) e o Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA).

3 — Compete ao IVV:

- a) A coordenação e supervisão técnica do SIGV, assegurando a prossecução dos objectivos e das acções nele previstas, sem prejuízo das competências próprias das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;

- b) A gestão e actualização de toda a informação recolhida, efectuando o tratamento dos dados correspondentes, utilizando para o efeito os elementos existentes no IVV e a facultar pelo INGA, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Controlo (SIGC), e, quando necessário, por outras entidades, designadamente as comissões vitivinícolas regionais;
- c) A elaboração dos programas e cadernos de encargos e suas normas técnicas, com vista à abertura de concursos, sempre que a execução do programa do SIGV o justifique;
- d) Proceder à abertura de concursos e constituir e presidir às comissões de abertura e de análise com vista à avaliação das propostas recebidas;
- e) Assumir a posição de contratante nas adjudicações efectuadas pelo INGA no âmbito do presente despacho;
- f) Acompanhar, controlar e avaliar a execução do programa;
- g) Estabelecer protocolos com outras entidades, nomeadamente o Instituto Português de Cartografia e Cadastro, o Instituto Nacional de Estatística, as comissões vitivinícolas regionais e as associações de agricultores, sempre que necessários à prossecução dos objectivos do SIGV;
- h) Promover a aquisição de bens e serviços, bem como a realização de acções de formação indispensáveis à materialização dos objectivos do SIGV.

4 — Compete ao INGA:

- a) Proceder às adjudicações dos concursos referidos na alínea d) do n.º 3;
- b) Celebrar os contratos decorrentes da adjudicação em concurso público ou outros que se afigurem necessários no âmbito do presente despacho, de acordo com o proposto pelo IVV;
- c) Ceder a posição contratual ao IVV relativa aos contratos referidos na alínea b), com a reserva constante da seguinte alínea g);